

**PROVA DE NOÇÕES DE DIREITO****QUESTÃO 21**

Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação aos Auxiliares de Justiça, segundo o Código de Processo Civil:

- a) Não poderá ser intérprete quem não tiver a livre administração de seus bens.
- b) Incumbe ao escrivão executar as ordens judiciais, promovendo citações e intimações, bem como praticando todos os demais atos que lhe forem atribuídos pelas normas de organização judiciária.
- c) Em cada juízo só poderá haver um ofício de justiça, cujas atribuições são determinadas pelas normas de organização judiciária.
- d) A diligência realizada pelo oficial de justiça deverá, sempre que possível, ser presenciada por duas testemunhas.

**QUESTÃO 22**

Assinale a alternativa em que é indicada Comissão Permanente do Tribunal de Justiça, presidida pelo 1º Vice-Presidente e composta por mais 07 (sete) desembargadores, escolhidos pelo Presidente:

- a) Comissão Administrativa
- b) Comissão de Regimento Interno
- c) Comissão de Divulgação e Jurisprudência
- d) Comissão Supervisora dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais

**QUESTÃO 23**

O recurso em sentido estrito será endereçado ao Presidente do Tribunal quando a decisão recorrida:

- a) decretar medida de segurança depois de transitar a sentença em julgado.
- b) decidir sobre a unificação de bens.
- c) incluir jurado na lista geral ou desta o excluir.
- d) cassar ou julgar inidônea a fiança.

**QUESTÃO 24**

Em relação à citação, é **CORRETO** afirmar, nos termos do Código de Processo Civil:

- a) Para que se possa realizar a citação por hora certa, faz-se necessário que o oficial de justiça tenha procurado o réu, sem encontrá-lo, pelo menos por 02 (duas) vezes.
- b) Constitui requisito essencial para a citação por edital sua publicação no prazo máximo de 15 (quinze) dias, pelo menos uma vez, no órgão oficial e em jornal local, onde houver.
- c) Tendo o Autor requerido, poderá o Réu ser citado pelo correio no processo de execução.
- d) A citação válida constitui em mora o devedor, ainda quando ordenada por juiz incompetente.

**QUESTÃO 25**

No âmbito do juizado especial cível, afigura-se **INCORRETO** afirmar:

- a) Os atos não considerados essenciais poderão ser gravados em fita magnética.
- b) Não é feita a citação por edital.
- c) A citação realizada por oficial de justiça independe de mandado.
- d) A prática de atos processuais em outra comarca deverá ser solicitada por carta precatória.

**QUESTÃO 26**

Consoante o regime constitucional, o concurso público constitui requisito direto da investidura do agente público em:

- a) emprego público.
- b) função pública.
- c) função de confiança.
- d) contratação para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES DE Nº 27, 28 E 29, USE A SEGUINTE CHAVE:

- a) se apenas a afirmativa I for correta.
- b) se apenas a afirmativa II for correta.
- c) se apenas as afirmativas I e III forem corretas.
- d) se todas as afirmativas forem corretas.

### **QUESTÃO 27**

- I. Com o advento da Emenda Constitucional nº 19/98 e a supressão do comando constitucional de adoção obrigatória do regime jurídico unificado para o servidor público, extinguiu-se o regime jurídico único em todas as entidades da Federação que o adotaram.
- II. Segundo a disciplina constitucional vigente, aquele que detenha exclusivamente a titularidade de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, submete-se ao regime geral de previdência social.
- III. Consoante a sistemática constitucional em vigor, situam-se na categoria de servidores públicos os ocupantes de cargos efetivos e em comissão, de empregos e funções públicas e os membros das corporações ou instituições militares.

### **QUESTÃO 28**

- I. Incluem-se no rol constitucional de direitos e garantias individuais a gratuidade das ações de *habeas corpus* e *habeas data*, o direito de herança e a assistência judicial integral prestada pelo Estado aos que comprovem insuficiência de recursos.
- II. A penetração na casa do indivíduo sem seu consentimento em horário noturno poderá dar-se, sem determinação judicial, em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, e, ainda, mediante ordem judicial, em outras circunstâncias, desde que com a devida fundamentação.
- III. Os direitos de inviolabilidade da correspondência e de sigilo das comunicações podem, nos termos da Constituição Federal, sofrer restrições na vigência de estado de sítio.

**QUESTÃO 29**

- I. A escusa de consciência relativamente à obrigação de prestar o serviço militar só poderá ser invocada em tempo de paz.
- II. Na enunciação do direito fundamental de liberdade de ação, pelo qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, adota-se o termo “lei” como abrangente de qualquer norma elaborada pelo Poder Público.
- III. Determina o princípio do juiz natural que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.

**QUESTÃO 30**

São direitos sociais dos trabalhadores, constitucionalmente estendidos aos servidores ocupantes de cargos públicos, **EXCETO**:

- a) salário mínimo.
- b) salário-família.
- c) repouso remunerado, preferencialmente aos domingos.
- d) piso-salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

**QUESTÃO 31**

Entre suas opções políticas fundamentais, o Estado brasileiro adota como forma de Estado, sistema de governo e tipo de democracia, respectivamente:

- a) República, presidencialismo, direta.
- b) República, federalismo, indireta.
- c) Federalismo, presidencialismo, semidireta.
- d) Federalismo, república, direta.

**QUESTÃO 32**

Suponha a seguinte hipótese: a representação de determinado Estado brasileiro na Câmara dos Deputados é de 46 Deputados Federais.

Conseqüentemente, a Assembléia Legislativa desse Estado será composta de:

- a) 54 Deputados estaduais.
- b) 58 Deputados estaduais.
- c) 70 Deputados estaduais.
- d) 72 Deputados estaduais.

**QUESTÃO 33**

Quanto à função pública instituída pela Lei nº 10.254, de 20/07/90, no Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar:

- a) Ao seu detentor não se aplica o regime jurídico único de natureza pública.
- b) De sua vacância resulta sua extinção.
- c) Originou-se da transformação de empregos e de cargos em comissão ou de confiança.
- d) Aos seus detentores foram garantidos, pela Constituição do Estado, os direitos da efetividade e da estabilidade.

**QUESTÃO 34**

Considere o seguinte: João obtém sentença judicial que invalida sua demissão do cargo público que detinha na condição de estável. O cargo antes ocupado por João já fora preenchido mediante a nomeação de Pedro, aprovado em concurso público e, pela primeira vez, vinculado à Administração Pública. Pedro encontra-se em estágio probatório. Não há outro cargo vago na Administração. Diante das circunstâncias, João e Pedro serão, respectivamente:

- a) reconduzido e exonerado.
- b) readmitido e aproveitado.
- c) readmitido e posto em disponibilidade.
- d) reintegrado e exonerado.

**QUESTÃO 35**

Consoante a sistemática do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Minas Gerais sobre o processo administrativo disciplinar, **NÃO** é correto afirmar:

- a) No caso de revelia, será designado **ex officio**, pelo presidente da comissão processante, um defensor.
- b) Tratando-se de crime praticado na esfera administrativa, compete à autoridade que determinar a instauração do processo administrativo adotar as medidas necessárias a que se instaure, simultaneamente, o inquérito policial.
- c) A comissão processante será composta por três funcionários, devendo pelo menos dois deles ser estáveis.
- d) Não há prazo para o requerimento de revisão do processo administrativo.

**QUESTÃO 36**

Todos os recursos abaixo se encontram disciplinados no Código de Processo Penal, **EXCETO**:

- a) recurso em sentido estrito
- b) carta testemunhável
- c) “habeas corpus”
- d) agravo de instrumento

**QUESTÃO 37**

Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação ao previsto no Código de Processo Civil para a audiência:

- a) A audiência poderá ser adiada por convenção das partes apenas uma vez.
- b) A audiência é una e contínua, ainda que não possa ser concluída num só dia.
- c) O termo de audiência lavrado pelo escrivão deverá conter, por extenso, os despachos e a sentença, caso esta venha a ser proferida no ato.
- d) Caso o advogado da parte não compareça à audiência, o juiz deverá dispensar a produção das provas por ela requeridas.

**QUESTÃO 38**

Sobre os Poderes da União, é **CORRETO** afirmar:

- a) A Mesa do Congresso Nacional é presidida pelo Presidente da Câmara dos Deputados.
- b) Cabe à Comissão Representativa, eleita entre os membros do Senado e da Câmara dos Deputados, representar o Congresso Nacional durante o recesso.
- c) Compõem-se os Tribunais Regionais Eleitorais de membros da magistratura e da classe de advogados, eleitos ou indicados pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- d) No caso de vaga dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, serão, na seguinte ordem, chamados à sucessão os Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal.

**QUESTÃO 39**

Considere a seguinte hipótese: Pedro e Maria são civilmente casados e contam, respectivamente, 26 e 21 anos. Pretendem adotar, conjuntamente, João, de 8 anos.

Considerando o requisito legal de diferença de idade entre adotante e adotado, é **CORRETO** afirmar quanto ao caso:

- a) A adoção é possível, já que um dos cônjuges preenche o requisito legal mencionado.
- b) A adoção é impossível, já que nenhum dos cônjuges preenche o requisito legal mencionado.
- c) A adoção é possível, já que, em se tratando de adoção conjunta por cônjuges, não se impõe o requisito legal mencionado.
- d) A adoção é impossível, porque um dos cônjuges não preenche o requisito legal mencionado.

**QUESTÃO 40**

Quanto à tutela constitucional da criança e do adolescente, **NÃO** é correto afirmar:

- a) No atendimento aos direitos da criança e do adolescente, impõem-se as diretrizes de centralização político-administrativa e de participação popular na formulação das políticas públicas e no controle das ações.
- b) São penalmente inimputáveis os menores de 18 anos.
- c) Proíbe-se qualquer trabalho ao menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- d) É expressamente admitida a adoção de crianças brasileiras por estrangeiros, desde que assistida pelo Poder Público, na forma da lei e apenas nos casos e condições por esta estabelecidos.